

MEDIAÇÕES

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

 10.5433/2176-6665.2025v30e52678p1

PARECER 1

Marcela Emediato Mendes de Oliveira 
Fundação João Pinheiro
(FJP, Belo Horizonte, MG, Brasil)
marcela.oliveira@ppge.ie.ufrj.br

Dados do artigo avaliado:

KHAUAJA, Pedro Odebrecht. Duas teorias para o problema regulatório da democracia digital: tecnofeudalismo, teoria da dependência e a economia política dos algoritmos. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 30, p. 1-17, 2025. DOI: 10.5433/2176-6665.2025v30e52678. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/52678>. Acesso em: 30 ago. 2025.

Correspondência com a autoria:

Pedro Odebrecht Khauaja 
Universidade Federal Fluminense
(PPGSD/UFF, Niterói, RJ, Brasil)
pedrokhauaja@gmail.com

Completo em 2025-06-03 11:50 AM

Recomendação: Correções obrigatórias

1. O assunto tratado no artigo é relevante para as Ciências Sociais?

Sim. O tema tratado dialoga com debates contemporâneos sobre as transformações geradas pelas TICs, em especial as plataformas, no âmbito da relação entre países e as questões de soberania e regulação.

2. O artigo é redigido de forma clara e consistente?

Sim, com ressalvas. O texto é escrito em primeira pessoa e acredito que a depender das normas e estilo da revista, isso poderia ser revisado. Também foram identificados alguns erros gramaticais, de formatação e de estilo, apontados no arquivo em anexo, que precisam ser corrigidos.

3. Há uma introdução na qual sejam apresentados claramente o objetivo e a justificativa do trabalho?

Sim, com observações. O artigo apresenta uma introdução clara e bem escrita, que explicita tanto o problema quanto a justificativa. Contudo, o objetivo do artigo mostra-se excessivamente amplo, o que compromete sua delimitação analítica. Recomenda-se um recorte mais preciso, de forma que a articulação entre democracia digital, tecnofeudalismo e teoria da dependência se apresente de maneira mais coerente e manejável ao longo do texto.

4. O trabalho apresenta contribuições teóricas inovadoras?

A principal contribuição teórica está na articulação entre a crise da regulação democrática no contexto digital, tecnofeudalismo e a teoria marxista da dependência. Esse movimento oferece um aporte original, particularmente ao buscar compreender os desafios regulatórios das plataformas digitais em países a partir da lógica da dependência. Entretanto, o argumento carece de refinamento teórico em alguns pontos.

5. O trabalho apresenta contribuições empíricas ou metodológicas inovadoras?

Não diretamente. O artigo não desenvolve uma análise empírica, nem propõe uma inovação metodológica específica. A contribuição reside na sistematização teórica e na articulação de diferentes correntes do debate contemporâneo sobre capitalismo de plataformas, tecnofeudalismo e dependência.

6. As interpretações e conclusões estão demonstradas (de forma clara e satisfatória?)

Parcialmente. O desenvolvimento do argumento é coerente, mas há tensões internas teóricas que precisam ser mais bem trabalhadas para serem esclarecidas e garantirem coerência. Em especial, a relação entre a tese do tecnofeudalismo e a manutenção da

lógica capitalista, central para a teoria da dependência, que é deixada de maneira ambígua. O autor reconhece essa tensão em sua conclusão, mas ela não é devidamente resolvida no texto na apresentação de sua argumentação.

7. O resumo e as palavras-chave expressam bem o artigo?

Sim. Resumo e palavras-chave são pertinentes com o desenvolvimento do artigo, mas, após revisões sugeridas, caso aceitas, precisarão, também, de revisão.

8. Há necessidade de modificação para tornar o artigo mais adequado à publicação?

O artigo apresenta uma proposta relevante, consistente e de grande atualidade, especialmente ao trazer a teoria marxista da dependência para o centro do debate sobre soberania digital e regulação das plataformas. Entretanto, para garantir a robustez teórica e a coerência argumentativa necessárias, é imprescindível que sejam realizadas as revisões apontadas.

Na Seção 2 - A proposta conceitual tecnofeudalista, o artigo apresenta o conceito de tecnofeudalismo como parte do esforço de explicar as transformações na organização da economia e sua relação com a crise digital da democracia regulatória, discutida na Seção 1. A ideia central é "apostar numa analogia teórica entre o capitalismo de plataforma e as antigas estruturas feudais da Europa" (p. 11). No entanto, mais do que uma simples analogia, autores como Durand (2020) defendem que há uma ruptura efetiva em relação ao capitalismo clássico, de base industrial. Essa ruptura se dá por meio de um novo regime de captura de valor, viabilizado pela centralização das plataformas digitais. Nessa perspectiva, a lógica da expropriação tende a substituir, em certa medida, a lógica da exploração do trabalho, instaurando-se um sistema de apropriação de valor que não se ancora diretamente na geração de mais-valor. Esse ponto, embora apareça mais claramente adiante no texto (p. 15), é central já na apresentação da tese tecnofeudalista e, portanto, merece ser destacado desde o início.

O próprio texto reconhece que "o debate sobre tecnofeudalismo continua em aberto [...]" (p. 12). De fato, como discute Colombini (2023), essa concepção tecnofeudalista tem ganhado considerável difusão, mas se apoia, em muitos casos, numa compreensão insuficiente da teoria do valor, frequentemente confundindo valor com a produção de riqueza material. Além disso, muitas dessas formulações carecem de maior rigor teórico, concentrando-se na análise das formas de distribuição da riqueza e nas transformações do trabalho cognitivo, sem avançar suficientemente sobre a dinâmica da produção e da geração de valor no capitalismo contemporâneo.

Referência: COLOMBINI, Iderley. Limites lógicos da tese do capitalismo cognitivo e do Tecnofeudalismo. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 4, p. 163-190, 2023.

Nesse sentido, considero que o artigo poderia ganhar robustez teórica se aprofundasse as críticas já formuladas à tese do tecnofeudalismo na própria Seção 2. Além disso, na discussão da Seção 1, onde se debate a democracia digital e as transformações operadas pelas plataformas, seria relevante incorporar esse debate teórico de modo mais sistemático.

Cabe destacar ainda que a proposta do tecnofeudalismo se insere em um campo mais amplo de interpretações sobre as transformações do capitalismo pós-década de 1970, fortemente influenciado por discussões como as do capitalismo cognitivo, inicialmente desenvolvidas por autores como André Gorz e, posteriormente, por autores como Carlo Vercellone e Andrea Fumagalli:

Referências:

FUMAGALLI, Andrea. Nada será como antes: dez teses sobre a crise financeira. A crise da Economia Global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GORZ, André. O Imaterial: Conhecimento, valor e capital. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005. Disponível em: <<http://journal.um-surabaya.ac.id/index.php/JKM/article/view/2203>>.

VERCELLONE, Carlo. A crise da lei do valor e o tornar-se rentista do lucro. A crise da Economia Global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 107-149.

Essas abordagens se articulam com a noção de capitalismo rentista, propondo que a lógica de geração de riqueza migra progressivamente da produção para formas de captura rentista. Seria importante que o artigo explicitasse esse contexto, relacionando essa base teórica tanto à Seção 1 – onde essa mudança impacta a própria compreensão da democracia e do Estado – quanto à Seção 3, uma vez que essas discussões dialogam diretamente com os debates dos novos dependentistas marxistas. Esses, por sua vez, têm buscado atualizar a teoria da dependência incorporando fenômenos associados à financeirização e à organização das plataformas.

Contudo, é preciso destacar que a adesão a essas teses – seja do tecnofeudalismo, seja do capitalismo cognitivo – carrega implicações importantes. Uma delas é a suposição, muitas vezes implícita, de que as novas formas de trabalho, por serem digitais, "imateriais" ou "cognitivas", escapariam ou encontrariam maiores dificuldades para serem subsumidas diretamente à lógica do capital. Esse é um ponto que demanda problematização mais cuidadosa.

Na Seção 3 - A possibilidade de atualização da teoria da dependência, o artigo parte da formulação da teoria marxista da dependência, embora apresente inicialmente uma definição mais geral: "A teoria da dependência, por sua vez, é uma abordagem crítica do desenvolvimento econômico que busca explicar as relações assimétricas entre o centro capitalista – "Norte Global" – e a periferia – "Sul Global. Formulada por intelectuais como Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra no contexto de debates da CEPAL" (p. 13). No entanto, é importante observar que a noção de dependência, em sentido amplo, já estava presente no pensamento cepalino, como aponta Bielschowsky (2000), em autores como André Gunder Frank e Osvaldo Sunkel. Além disso, a formulação de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto sobre o "desenvolvimento dependente associado" também integra esse campo teórico, ainda que se diferencie da vertente marxista latino-americana. Portanto, é fundamental que o artigo contextualize adequadamente a escolha pela abordagem da dependência em sua vertente marxista. O próprio Katz (2020), citado no artigo, faz esse debate.

Referências:

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record. Introdução, 2000.

KATZ, Claudio. A teoria da dependência: 50 anos depois. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 384 p.

Ao avançar, na página 15, o texto afirma que "Dessa forma, enquanto o tecnofeudalismo enfatiza mais uma transformação sistêmica, a teoria da dependência destaca a continuidade do modo de produção capitalista e das relações de exploração entre centro e periferia. Para o debate sobre soberania digital, parece fundamental que se complexifique certas questões através da lente proposta pela teoria da dependência, em especial a relação entre superexploração e subimperialismo". Esse ponto é crucial, e o próprio artigo indica uma contradição que precisaria ser mais bem trabalhada: até que ponto o tecnofeudalismo, ao postular uma ruptura com o capitalismo em direção a uma lógica rentista, é capaz de explicar ou transformar as relações de dependência, que são estruturadas precisamente na lógica da produção e da geração de valor capitalista?

Essa reflexão se articula com um conjunto crescente de autores que vêm buscando atualizar a teoria da dependência, incorporando os efeitos da financeirização e da economia digital. Destacam-se, assim, as seguintes referências:

PAULANI, Leda Maria. A Dependência revisitada: relações de mercado, a fase 4.0 e o caso do Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, p. 68-106, 2022. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/1009>. Acesso em: 3 jun. 2025.

OLIVEIRA, Elizabeth M. Germano. Economia do conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro. 2017. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, UFBA, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26071/1/Elizabeth%20Moura%20Germano%20Oliveira.pdf>.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. S. (Orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 37-86.

TEIXEIRA, R. A. e ROTTA, T. N. Valueless Knowledge-Commodities and Financialization. Review of Radical Political Economics, v. 44, n. 1, 2012.

Além disso, é pertinente observar que os conceitos de centro e periferia, mais associados ao estruturalismo cepalino e a autores como Celso Furtado, não são exatamente os mesmos empregados pela teoria marxista da dependência, que prefere as categorias países dependentes e países centrais, destacando a centralidade da relação de exploração.

Assim, a proposta e os objetivos do artigo são bastante relevantes. Contudo, é necessário fortalecer a coerência interna e o embasamento teórico de alguns argumentos, especialmente para sustentar a hipótese de que são as próprias formas de existência e organização das plataformas, estruturadas como monopólios, que impõem desafios crescentes à regulação, tanto em nível nacional quanto supranacional. Nesse sentido, seria interessante que o artigo aprofundasse como a atuação das plataformas, simultaneamente ancorada em múltiplos países do mercado mundial, tensiona e condiciona as possibilidades de regulação.

Por fim, na conclusão, o artigo afirma: "A grande vantagem analítica dessa abordagem está em sua capacidade de conectar a microfísica do poder algorítmico", aquela que se exerce sobre corpos e subjetividades individuais", com a macroestrutura das desigualdades globais [...]". No entanto, é importante destacar que a categoria de microfísica do poder não faz parte do aparato teórico da dependência, que se estrutura a partir de uma leitura marxista voltada para a análise das formas de exploração e das hierarquias globais. Portanto, seria relevante que o autor explicitasse que essa tentativa de articular a microfísica do poder com a macroestrutura global é uma proposta própria de sua análise, e não uma característica da teoria da dependência, articulando melhor a maneira como tentou ser construído ao longo do próprio texto.

9. Parecer quanto à publicação do artigo:

- ☐ Aceitar
☒ **Aceitar desde que observadas as correções obrigatórias**
☐ Rejeitar

10. Caso a decisão seja por correções obrigatórias, você deseja revisar a versão corrigida?

- ☒ Sim
☐ Não

11. Mediações incentiva e faculta a pareceristas a atuação segundo os princípios da avaliação informada (Ciência Aberta, SciELO, etc), que prevê, entre outras coisas, o diálogo entre autorias e pareceristas identificadas. Você deseja que esta avaliação seja aberta à(s) autoria(s) ainda no curso da avaliação, quando do primeiro envio dos pareceres?

- ☒ Sim
☐ Não

12. Você deseja ter seu nome publicizado como parecerista ao final do texto do artigo, caso o artigo venha a ser aprovado e publicado?

- ☒ Sim
☐ Não

13. Os pareceres constituem um novo tipo de literatura na metodologia SciELO e recebem tratamento similar aos artigos de pesquisa. Você autoriza *Mediações* a disponibilizar o texto ou trechos do texto de seu parecer?

- ☒ Sim
☐ Não